

■ OPINIÃO

1998: “clima dos negócios” e desempenho econômico

Rinaldo Campos Soares *



No Brasil, para os doze meses de 1997 totalizados, os resultados apurados na maior parte dos ramos de atividade deverão ser positivos. Os resultados negativos, tanto em termos de crescimento quanto de retorno, serão as exceções, não as regras.

Nos dez primeiros meses, a taxa anualizada de crescimento do PIB era superior a 4%, com nítida simetria entre os setores agro, industrial e de serviços.

Não desconhecíamos os dois principais problemas da economia brasileira: o crescimento do déficit do balanço de pagamentos em transações correntes em relação ao PIB (que aumentou de 0,6%, no primeiro ano do real, para 4,5% no último ano) e a expansão do estoque da dívida pública interna (que saltou de um patamar próximo de R\$ 100 bilhões para mais de R\$ 250 bilhões no mesmo período). Mas acompanhávamos de perto os dois processos com que vínhamos administrando esses dois problemas: de um lado o ingresso de capitais externos que financiavam o déficit e ainda permitiam aumento das reservas cambiais; de outro lado a redução dos juros internos que ao mesmo tempo amortecia o impacto da expansão do estoque da dívida pública na execução orçamentária do governo e mantinha a demanda agregada em níveis satisfatórios. Em cursos paralelos, as reformas estruturais caminhavam, embora com lentidão e com emendas nem sempre sancionadas pela opinião pública; as pressões localizadas para a desvalorização cambial eram respondidas por um bem dosado processo gradualista; e, a despeito das mudanças na estrutura do emprego, a taxa de desemprego em

nenhum momento alcançou níveis que colocassem em risco a segurança social e o equilíbrio institucional.

De repente, o cenário mudou. Chegaram até o Brasil, com extraordinária velocidade, os efeitos dos fortes (e esperados) ajustes nos mercados financeiro, cambial e de capitais da Ásia. Tudo se processou como se vivêssemos uma espécie de “pânico latente”. Mais que a perplexidade, sobrevieram o desalento, o pessimismo e um sentimento generalizado de que o ponto de ruptura havia afinal chegado, fazendo ruir o modelo de economia aberta e competitiva praticado não só pelo Brasil, mas por todas as economias emergentes deste final de século. Mais ainda: as âncoras da estabilização da nossa moeda estariam soltas. Os ganhos sociais que vieram com o real seriam revertidos. O crescimento seria tão fortemente abalado que o desemprego se propagaria como uma peste incontrolável. A nova crença era de que 1998 seria o pior dos anos. E, como projeção da grande crise, a desgraça poderia marcar a virada para o terceiro milênio.

Boa parte desse novo cenário foi, todavia, muito mais uma decorrência de nossas próprias reações e da rapidez de nossas respostas à crise do que propriamente dos elementos que lhe davam, de fato, sustentação. O governo reagiu prontamente, bloqueando os sinais de ataque especulativo ao real. Mas como os instrumentos emergenciais empregados foram a alta brusca dos juros e um ajuste fiscal clássico, de impactos recessivos, as empresas também reagiram, com rapidez equivalente, preparando-se para “dias piores”.

Essas respostas rápidas, mais pela

forma com que foram anunciadas do que pela contundência com que foram praticadas, modificaram efetivamente o “clima dos negócios”. A crise passou então a sustentar-se pela sua própria dinâmica. Com a mesma rapidez com que os “novos cenários” se estabeleciam, revisaram-se as projeções econômicas. E a direção das revisões era uma só: para baixo.

No íntimo, porém, creio que a maior parte dos que tomaram essas decisões e dos que refizeram projeções, tanto no governo quanto nas empresas, tinha também alguma convicção de que a crise poderia ser revertida, não só pelo próprio efeito das medidas de choque, adotadas em todos os países que de alguma forma foram atingidos pelo ajuste asiático, mas também pela inevitável revisão das primeiras reações dos agentes econômicos. As expectativas poderiam acomodar-se em um novo patamar, não tão crítico quanto aquele que resultou das primeiras respostas à própria crise. Não se descartava, realmente, a hipótese de que a espiral poderia reverter-se aos primeiros sinais que o próprio governo emitiria sobre a atenuação de seus instrumentos recessivos.

Mais que isso, porém, o que esse episódio ensinou é que nossas próprias reações, nossas expectativas e a forma como elas são propagadas pela comunicação de massa são ingredientes fortes que também definem o “clima dos negócios”.

Essas expectativas e reações inte-

ragem com projeções definidas por critérios técnicos, influenciando-se reciprocamente. Temos a convicção de que, tão importantes quanto as análises técnicas e rigorosas sobre a situação efetiva das economias e sobre suas trajetórias futuras, são as expectativas que se formam nos círculos empresariais sobre o desempenho futuro de todos os mercados.

É da interação desses elementos (fatos e dados, de um lado; interpretações e comportamentos, de outro) que se estabelecem ondas contagiantes de otimismo ou de pessimismo, que se propagam de um setor para outro. A velocidade com que essas ondas se propagam é fortemente influenciada pela comunicação de massa. E seus efeitos são mais acentuados quanto maior for a capacidade de influência dos setores da economia de onde se desencadearam, seja pela sua significação efetiva no PIB, seja pelo poder e pela expressão de suas lideranças.

Compreendi, com esse episódio, que o conceito de empresa-cidadã tem a ver também com as atitudes de seus dirigentes diante de situações de crise. A “atmosfera dos negócios”, dentro da qual se estabelecem visões de futuro, decisões estratégicas e políticas operacionais, é também definida pelas próprias empresas. Fortalece-se a compreensão de que a responsabilidade social das lideranças empresariais amplifica-se em momentos difíceis. Até porque cada decisão tomada tem, certamente, uma trajetória parecida com a dos

bumerangues: vem de volta para o ponto de onde foi disparada.

Por tudo isso, percebemos já que nossa percepção da reversibilidade da crise é bem mais que uma hipótese não descartável. Ela se torna efetiva a cada dia. O desempenho de nossos negócios em 1998 não será tão desastroso quanto imaginávamos. Assim como a reação do governo, nossas reações imediatas ao ajuste foram por demais contundentes. Todos já estamos adotando medidas e comportamentos que certamente reverterão a trajetória de baixa. Mais ainda: a reversão será mais rápida, as expectativas podem modificar-se, as projeções e os resultados serão efetivamente superiores se adotarmos procedimentos simples, mas de alta eficácia. Cito alguns:

■ Anunciar o que a empresa está realizando, notadamente projetos de investimento. É uma espécie de contra-informação à maciça propagação do clima de crise.

■ Pensar duas vezes antes de decidir cortes. A estabilização da moeda teve muito a ver com o não-repasse de custos. Agora, a sustentação do crescimento terá a ver com absorção, não com o repasse-bumerangue das medidas de ajuste.

■ Adotar postura mais cautelosa quanto à revisão de projetos de expansão estrategicamente fundamentados. Revê-los sob a emoção da crise pode levar a perdas futuras de difícil recuperação.

■ Farejar oportunidades, não só ameaças. Sob climas desfavoráveis, as oportunidades se multiplicam.

■ Rever a análise da crise. A reversão é visível. Pelo menos dez pontos podem ser citados:

1. A turbulência nos mercados fi-

nanceiros está sob controle e já se reativaram os movimentos de capitais para projetos empresariais em economias de mais alta atratividade.

2. Os ingressos líquidos de capitais estão de novo próximos de US\$ 50 milhões diários.

3. A trajetória de redução dos juros deve prosseguir, não só pelas pressões sociais para a reativação econômica, mas também pelos perversos efeitos dos juros expandidos sobre os orçamentos públicos.

4. O déficit em transações correntes com o exterior está estabilizando e a tendência é de queda em relação ao PIB.

5. As reformas, antes lentas, aceleraram-se.

6. Prossegue a recuperação gradualista da defasagem cambial.

7. A negociação e não a decisão unilateral estabelece-se como prática saudável em setores ou empresas apanhados mais fortemente pelo ajuste.

8. Propaga-se a percepção de que os efeitos do ajuste são assimétricos e de que há setores (como o agro) praticamente imunes a médio prazo.

9. O acelerado ritmo das inovações e as projeções de utilização da capacidade instalada mantêm-se como fatores de encorajamento dos investimentos.

10. Se houve mudanças de curto prazo na condução conjuntural da economia, a base estratégica da direção permanece, sustentando-se procedimentos como privatizações de alto impacto e reafirmando-se a disposição de modernização institucional. ■

* Presidente da Usiminas. Líder empresarial nacional eleito pela revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil.